

Aos vinte e sete dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às oito horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria Municipal de Assistência Social, na Rua João Rodrigues Martins, 34, no município de Capivari de Baixo, reuniu-se Ordinariamente o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), sob a presidência do conselheiro Eliezer Marques Costa (PMSC), estando presentes os conselheiros: Fernando Araújo Brasil (Sec. Turismo), Fabíola Koenig Soares (Sec. de Educação), Vitor César Paris (Sec. de Obras), Daiani Antunes (CRAS), Rosilene Costa Antônio (APAE), Grasiela Alves Martins (Grupo escoteiros Carijós), Rosa Machado Silveira (CEACA), Maira de Souza (Abrigo Institucional), José Eduardo Bittencourt (CEACA), Grasiela Mendes da Silva (SENAI), Zélia Schneider (EPAGRI), Pedro Paulo (SINTRESC), Elto Aguiar Ramos (Polícia Civil), e as Conselheiras Tutelares: Louizi Cristina Eich e Ariele Priscila Valadares. O presidente Eliezer inicia a reunião cumprimentando os presentes e conforme o item 1 da pauta lê o ofício 19/2017 do Grupo Escoteiros Carijós que informa a mudança da titularidade de representante da entidade. Ficando como titular Grasiela Alves Martins que está presente nesta reunião, presidente dá as boas-vindas à nova integrante, e relata que devido o Mário ser o vice-presidente os conselheiros terão que eleger um novo vice-presidente, que deverá ser da sociedade civil devido ao princípio da paridade. Rosilene se disponibiliza. Eliezer questiona se mais alguém gostaria de se candidatar, não havendo outros interessados foi posto em deliberação, sendo aprovado pelos conselheiros por unanimidade. Conforme o item dois, foi informado aos conselheiros a redução de Secretarias, Sabrina informa que primeiramente Selma havia falado da possibilidade da redução, e quem confirmou foi a Alessandra, está indo um projeto de lei do executivo para a câmara, é de interesse do Conselho, pois atualmente os conselheiros representam as Secretarias. Conforme item 3 da pauta, presidente relata que deve ser deliberado pelo Conselho a atualização da Resolução 52/2016, que dispõe sobre os membros do conselho, devido a atualização do Vice, e inclusão de novos membros, devido a falta de outros, conforme conversado com a Selma. Eliezer diz que é necessário reforçar as entidades faltantes que por força de Regimento a entidade que faltar por três vezes, e não indicar novo nome perderá o assento no Conselho. O conselheiro Vitor complementa que deve ser colocado no ofício que não havendo manifestação em determinado prazo será considerado que a entidade não possui mais interesse em participar. Eliezer fala para colocar em ofício o prazo de 20 dias, para que o novo indicado já possa participar da próxima reunião. Acerca do item 4, retorno sobre reunião acerca do Projeto de Lei do CMDCA, dia 04/04 com Selma de Adm. e Fin., Eliezer pede para a Sabrina, assistente administrativo do CMDCA explicar, pois ele não esteve presente. Sabrina relata que foi informada pela Secretaria Selma sobre a redução do número de Secretarias e devido isso não seria possível indicar novos representantes para o Conselho no momento, ficando por enquanto compondo os conselheiros das Secretarias que estão, e posteriormente com a alteração da Lei, eles estarão atualizando. Com relação ao item 5, sobre o envio de resposta do Plano SINASE, Eliezer relata que os principais questionamentos do Plano foram para a administração, no que coube ao Conselho, é de conhecimento um projeto do Grupo Escoteiro que atende adolescentes que cumprem medidas socioeducativas. A conselheira Rosa relata que esse projeto foi através do CMAS. Eliezer relata que foi dada uma resposta simples, e solicita para Sabrina mostrar no e-mail. No ofício encaminhado diz que não há projetos assim registrados até o momento no CMDCA. Referente o item 6, informe sobre a publicação de Plano de Ação e Aplicação e Edital chancelado 2017, aprovados em última reunião. Sabrina explica como entrar na página do CMDCA, no site da Prefeitura de Capivari de Baixo: [www.capivaridebaixo.sc.gov.br](http://www.capivaridebaixo.sc.gov.br), clicar em: Transparência, clicar em: Controle Social, clicar em: Conselho Municipal-CMDCA, que lá estão disponibilizados toda a documentação referente ao Conselho. Rosa diz que gostaria de saber se tem como as pessoas direcionarem o recurso doado para os projetos do CEACA, Escoteiros, APAE. Alessandra da Assistência Social ressalta que a ENGIE está com campanha para que todo funcionário deduza o imposto de renda para o município. Louizi, conselheira tutelar, diz que o Mário sabe, pois ele faz o imposto de renda para muita gente. Rosa questiona se a contribuição do projeto chancelado não poderia ser mensal, pois o pessoal da EGEM questionou e afirmou que seria mais fácil para eles estar depositando mensalmente. José Eduardo relata que para todo recurso utilizado deve ter o projeto, não pode ser simplesmente repassado para a entidade. Rosa questiona se a pessoa colocar mensalmente na conta do FIA e trazer o recibo à entidade e ao Conselho para saber quanto é destinado a determinada entidade. Louizi fala que o CMDCA deve fazer campanha para arrecadar recursos, esse ano o prazo é até amanhã, porém para o ano que vem já teria que ter o material impresso em março para já iniciar a distribuição, devido o andamento do Conselho só iniciar após as férias coletivas. Eliezer fala para fazer uma Comissão informal, sem resolução, para estarem falando com contadores, receita federal, estar divulgando. Vitor fala que não teria como direcionar a verba, pois na conta não estará discriminado, não irá aparecer o que será para CEACA, APAE, Escoteiros, para fazer a dedução existe apenas a opção para direcionar para Capivari de Baixo. Rosa diz que as pessoas estão doando, mas que algumas ainda têm receio se a verba realmente chega ao fim pretendido, e auxilia realmente as entidades, muitas pessoas deixam de doar por causa disso. Referente à questão 8: verificar metas e ações a serem

cumpridas neste mês de acordo com o Plano de Ação e Aplicação 2017, Sabrina disponibiliza no slide, Eliezer lê Meta 1. Até maio de 2017, realizar o diagnóstico situacional da criança e do adolescente, visando obter dados e informações para orientar diretrizes e ações da política de atendimento. Eliezer questiona de que ponto de vista os conselheiros querem fazer esse diagnóstico, se querem reunir informações da própria rede, para ter pelo menos um diagnóstico parcial, verificar quais famílias estão sendo atendidas em cada lugar: CRAS, CREAS, Educação, Polícia Militar, Polícia Civil. Louizi diz que na Polícia Civil a criança e adolescente aparece mais como vítima. Louizi sugere que cada serviço traga dados para a reunião do Conselho. Graziela SENAI questiona se não teria que contratar uma assessora conforme esta no Plano de Ação e Aplicação. Louizi diz que não acha necessário pagar uma pessoa para reunir os dados que o próprio serviço pode estar fazendo. Eliezer fala que é possível não fazer a contratação, diz que os conselheiros deixaram ali no Plano, para que houvesse a possibilidade de contratação, mas que não necessariamente irão realizar, pois pode haver uma justificativa, é mais fácil justificar e fazer, do que não estar no Plano e depois querer incluir, pois o Conselho não pode fazer o que não estiver previsto no Plano. Maira diz que já participou da realização de um diagnóstico em outro município e pode estar disponibilizando o roteiro de perguntas que foi utilizado. Eliezer agradece e pede que encaminhe ao Conselho. Maira diz que enviará para o e-mail do CMDCA. Eliezer fala para Sabrina posteriormente enviar a todos os conselheiros. Eliezer diz para Sabrina encaminhar também para a Comissão de Fiscalização cópias dos Projetos das entidades, para estarem realizando as fiscalizações no local. Sobre o item 9, Eliezer fala que a Ata da Audiência Pública foi disponibilizada previamente para os componentes da mesa analisarem, e contribuir com críticas, elogios, no momento faltando apenas a assinatura do presidente da Câmara. Eliezer questiona os conselheiros, diante da fala do Promotor em Audiência, para quem encaminharemos a Ata, para que as ações que ali foram debatidas sejam cobradas. Grasiela diz que ela fez um questionamento na Audiência, pois estão colocando mais crianças na sala, mas não estão colocando pessoal, não tem bolsistas na sala. Louizi diz que soube que abriram mais salas. Grasiela diz que as professoras tiveram reunião e se continuarem colocando mais crianças, uma sala que é para 12, está com 19, muitas vezes berçários, onde há crianças com fraldas, que necessitam constantemente de atenção. Grasiela diz que colocaram uma bolsista para a creche inteira. Louizi ressalta que não adianta arranjar vaga e não ter qualidade de atendimento. Louizi relata o caso de uma mãe que foi procurar o Conselho Tutelar, pois comprou uniforme de uma determinada escola e depois foi informada que foi arranjada vaga em outra escola municipal, porém nesse caso a criança não teve o direito violado, teria se tivesse ela ficado fora da escola se, por exemplo, mandassem a criança de volta para casa. Louizi fala que a questão da superlotação é até perigoso para as crianças agora no inverno, pelas situações de impetigo, gripe que já estão ocorrendo. Grasiela fala que há uma escola que está interditada. Maira diz que duas crianças do abrigo chegaram da creche com impetigo, mas que foi outra creche. Eliezer fala para Louizi realizar visita nas escolas, verificar o número de alunos e professores em cada sala, utilizar o parecer dos bombeiros para saber se está de acordo. Eliezer relata que foram muitas questões levantadas na Audiência Pública, e sugere ter uma reunião extraordinária para fazer uma melhor análise, já que nem todos os conselheiros leram a ata, e quem já tiver sugestões anotar para tomarmos as providências necessárias. O promotor deixou claro em Audiência que irá cobrar ações. Louizi fala que uma ação que é importante é trazer a qualidade para as escolas. Rosa fala que em outros municípios o dinheiro que sobra na Câmara é destinado a projetos. Eliezer diz que as crianças, pais e interessados deveriam ir à sessão da Câmara pressionar. Elto fala que esse recurso volta para a prefeitura, ao executivo, o prefeito é quem decide onde colocar. Vitor diz que conhece outros municípios em que a verba que retorna é colocada em ações no hospital. Rosa diz que foi conversado com o prefeito anteriormente. Elto diz que a princípio deve ser pedido um parecer jurídico para verificar a possibilidade de direcionar essa verba. José Eduardo diz que o presidente da Câmara, do mandato anterior, disse abertamente que não ia devolver caso sobrasse, e de fato no ano anterior não foi devolvido, foi gasto seja com o que fosse, com diárias. A Câmara deveria fazer um Fundo Social como em outro município, o município de Blumenau não faltou mais dinheiro para nenhuma ação social. Elto fala que se a verba não for utilizada na Câmara volta para o Executivo. Vitor fala que os Estados fizeram isso, Santa Catarina o recurso vai para a Saúde, foi um acordo, acordão, termo moral. Elto fala que um projeto de lei para direcionar recurso é necessário um parecer jurídico. Elto fala para fazer pressão, se reunir todos: Câmara, entidades, CMDCA, pois quem tem que direcionar é o prefeito, se não houver pressão para essa verba ser utilizada para as crianças e adolescentes ele vai utilizar no que lhe for conveniente. Elto diz que a colocação do José Eduardo com relação às diárias, não generalizar, pois quando entrou em 2009 já verificou essa questão, pois fazer uma campanha honesta com R\$ 10.000,00 é uma coisa, agora gastar R\$ 200.000 comprando voto é diferente, não vamos generalizar. José Eduardo pede desculpa por sua colocação, diz que se colocou mal, e explica que quis enfatizar era a questão de o presidente ter falado que não ia devolver o recurso, diz que deve ser pressionado, pois se não mudarmos a nossa atitude, nada muda. A Câmara de Capivari ficou muito manchada com os fatos do último ano. Rosilene fala que foi conversado sobre a viabilidade de o recurso que sobra da Câmara ir para a APAE, e foi explicado que tem que

voltar para o prefeito e o prefeito direcionar. Eliezer questiona se esse retorno de verba é anual. Elto fala que sim. Eliezer questiona conselheiros se agendam reunião e tentam parecer jurídico para verificar a viabilidade de esse recurso ser direcionado. Rosa diz que somente por ofício não irá adiantar. Vitor diz para colocar no ofício que a iniciativa surgiu em Audiência Pública. Eliezer fala que o ofício é solicitando o parecer jurídico, para já adiantar, ter um documento em mãos. Eliezer sugere fazer a reunião com conselho, câmara e executivo. E diz pra pesquisar em demais municípios que já funcionam dessa forma, que possuem esse acordo. Rosilene fala que pode verificar como é feito em Tubarão. Elto justifica as faltas da polícia civil, pois o final do ano e começo do ano foram muito corridos, muitos tiraram férias e licença prêmio, ficando ele com muitos compromissos, muitas reuniões desse conselho faltou por chegar em casa 4:30 da manhã, diz que ano passado ainda veio em algumas reuniões virando noites, mas que esse ano esta mais difícil. E diz que o delegado que está em exercício atualmente é bem atuante, portanto algumas coisas mudaram, deu um freio no tráfico, porém aumentou o roubo, pois eles procuram outros meios, toda ação tem uma reação, mas que os representantes da polícia civil continuarão iguais. Conselheiros aprovam a justificativa. Eliezer questiona quem pode estar levando a Ata da Audiência Pública para o presidente da Câmara assinar, Rosilene fala que pode levar. Sobre o item 11 da pauta, Eliezer fala pra Rosa informar. Rosa diz que algumas coisas mudaram no Projeto Família Fortalecendo Vínculos, pois o preço do salgado aumentou, a máquina fotográfica aumentou, mas o ponto principal foi o passeio de trêm que teria ao final, o vendaval destruiu o trêm. José Eduardo fala que danificou vários vagões, e sem uma previsão definida de arrumar. Rosa diz que o atendimento quando foram lá já não foi o ideal, Édla ficou indignada, Édla sugeriu ir para Bento Gonçalves, ou mina modelo, mas que de qualquer forma não terá trêm. Como são muitas crianças dariam uns cinco ônibus, Rosa diz que estão verificando ainda as possibilidades, Beto Carrero. O dinheiro do trem daria para alguma coisa, se faltar arranjará parceiros. Rosa diz que é importante, pois teve uma criança que chegou falando que viajou e quando questionada pra onde, disse que viajou para Tubarão, pra eles isso já é uma felicidade. Alessandra da Assistência Social diz que poderia tentar parceria com a Assistência Social, pois tem 30 crianças que frequentam o CEACA, podia contribuir. Eliezer fala que essas mudanças terão que ter justificativa. Rosa fará reunião com os pais para verificar qual a possibilidade, a camiseta foi orçada em uma camiseta boa para que possam estar utilizando posteriormente como uniforme, a logo do FIA ficará na manga. Pedro diz que tem regras dentro do projeto, algumas coisas já não se enquadram no projeto original. Rosa diz que o conselho terá que aprovar. Eliezer diz que a entidade deve trazer por escrito. Pedro concorda diz que deve ser feita a adequação. Rosa fala que irão trazer. Porém já está informando o Conselho, pois o encontro terá que ter até julho. Eliezer deixa claro que no momento não estão aprovando. Rosa diz que irão gastar o mesmo valor que esta no projeto, o passeio já é etapa do projeto na parte de cultura e lazer, só não será de trêm, assim que decidirem o que vai ser colocarão no papel. José Eduardo confirma: irá mudar o meio de transporte. Eliezer fala que na prestação de contas deverá ter por escrito. Pedro Paulo fala que após terá que ser aprovado o gasto. Rosa diz que após o relatório vai vir para o Conselho. Eliezer lê o Ofício recebido do CEACA que convida para participar de Assembléia, dia 15 de maio, às 19h30min, na sede do CEACA. Rosa diz que posterior a Assembléia será o segundo encontro do projeto. Eliezer fala sobre a Comissão de Fiscalização, na qual faz parte, solicita a Sabrina que mande os projetos para os Conselheiros que fazem parte dessa comissão, para poderem estar realizando as visitas, e estarem mais presentes. Maira diz que deve ser realizadas visitas nas entidades de atendimento das crianças e adolescentes num todo, todas devem ser fiscalizadas, começar a ouvir os técnicos, na saúde, nas escolas. Eliezer sugere fazer um calendário de visitas, tendo o projeto em mãos facilita a verificação, Eliezer questiona se os conselheiros aprovam fazer visitas toda primeira segunda de cada mês. Eliezer sugere fazer uma camiseta que identifique os conselheiros. Pedro Paulo diz para encaminhar ofício ao SINTRESC solicitando as camisetas, com a quantidade de conselheiros, que eles terão reunião segunda. Louizi questiona se não são muitas visitas, por antes nem eram realizadas visitas. Eliezer diz que no dia da Audiência Pública ele conseguiu visitar todas as creches. Relata que não será realizada uma Comissão, é função de todos os conselheiros. Eliezer abre a palavra aos Conselheiros. Louizi diz que no dia 18 de maio, dia nacional de combate as explorações sexuais das crianças e dos adolescentes, do ano passado trabalharam de preto, e faixa preta em frente ao Conselho Tutelar, pois uma criança morreu, até foi falado no programa do Iuri e da Ivete o motivo, pois tiveram vários questionamentos, foi um ato que chamou atenção da população. Louizi diz para amadurecer na rede, irem trabalhar nesse dia de preto e a ideia da capacitação contínua, diz que no Conselho Tutelar aprendem umas com as outras, a Karla já tem um determinado tempo de Conselho, mas agora tiveram algumas trocas na rede, estão tendo dificuldades nas escolas, pois a escola chegou a ligar para o Conselho Tutelar para tirar crianças da sala de aula, pois estavam sem uniforme, e indisciplinadas. Louizi diz que teve uma discussão com a profissional Adriana Gaidinski, da escola Dom Anselmo, pois a mesma disse que foi feita uma reunião em que foi decidido que só a calça azul do abrigo seria considerado uniforme, os alunos que estão sem uniforme agora estão fazendo cópia na biblioteca, perdem aula, não acompanham a matéria. Eliezer questiona se Dom

Anselmo é escola do município. Louizi diz que sim. Eliezer questiona se o município não disponibiliza uniforme. Louizi diz que esse ano não, teve o caso de duas meninas que disseram que vão de bermuda no inverno para a escola, pois a mãe não tem condições de comprar. Louizi reforça o que já foi dito em Audiência Pública, a rede não sabe o verdadeiro papel do Conselho Tutelar, o Conselho não existe para tapar buraco de questões pedagógicas. Louizi diz que muitas vezes são chamadas para fazer coisas que estão fora das suas atribuições. Diz que chegou a ser ameaçada pelo marido de uma adolescente, que foi até a sua casa ameaçar, muitas vezes passam por situações que o pessoal não tem conhecimento. Relata que teve uma situação em que o delegado falou que se ela não fosse atender uma situação ia representar, Louizi diz que foi, mas não deveria ter ido, pois o Conselho Tutelar não é para estar fazendo papel de pai e mãe, não era para ter assinado o depoimento de um adolescente, pois até o advogado estava presente, inclusive diz que mandará ofício ao delegado, pois o mesmo a desrespeitou enquanto conselheira. Com uma capacitação ou quem sabe uma reunião formal com toda a rede, para elencar os papéis de cada um. Daiani diz que conversou com a Adriana e questão de uniforme não é no CRAS, Daiani diz que tem famílias que possuem mais condições, mas que no geral o dinheiro do bolsa família vai para a alimentação, mas eles não deixam de ir a aula. Louizi diz que soube de um caso que a criança estava uma semana sem ir pra aula por não ter uniforme. Eliezer diz que educação é um direito, eles não podem cobrar toda a uniformização, sugere oficializar a Secretaria de Educação sobre essa questão. Elto diz que é dever da escola, a segunda questão é a disciplina, primeiramente tem que verificar como fazer para que o uniforme chegue à criança. Verificar essa cobrança da escola, verificar se o município disponibiliza uniforme. Graziela so SENAI diz que a questão de uniforme esta no regimento interno das escolas. Louizi diz que referente à capacitação poderia ver com o Luciano Betiate. Eliezer lembra que deve ter os três orçamentos, a contratação não pode ser direcionada. Louizi diz que sugeriu ele, pois é um trabalho que ela conhece, que capacitaria toda a rede. Maira diz para solicitar a descrição dos conteúdos, para verificar quem faz. Pedro Paulo reforça que precisa dos orçamentos. Elto questiona se não seria necessário apenas um cracha para identificação dos conselheiros, pois ai daria para os suplentes também, por nem sempre vir os efetivos nas reuniões. Rosa diz que seria interessante identificação para todos. Eliezer fala que como se trata de doação, pedimos primeiro as 20 camisetas e após verificam a possibilidade de fazer mais. José Eduardo sugere que os suplentes que tenham interesse façam por conta. E, nada mais havendo a tratar-se, foi encerrada a reunião. E, para constar, eu, Sabrina Medeiros da Silva, assistente administrativo do CMDCA, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, segue subscrita pelos membros presentes.